



Senado está mobilizado para atuar contra crise, diz Eunício

Plenário poderá ser convocado a qualquer momento para votar projetos que ajudem a resolver impasse gerado por greve de caminhoneiros, garantiu o presidente da Casa

Jonas Pereira/Agência Senado — 24/5/2018



Congresso está aberto ao debate sobre tudo que for necessário para encontrar solução para a crise, afirma Eunício, que amanhã comanda reunião sobre o tema

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse na sexta-feira que poderá convocar sessão extraordinária a qualquer momento para votar projetos que possam resolver o problema da greve dos caminhoneiros. Entre eles, está o que regula o preço mínimo de frete. O texto está na Comissão de Assuntos Econômicos, mas poderá ir direto ao Plenário em regime de urgência. O relator é Romero Jucá. Outro projeto que pode ser votado é o que zera a alíquota de PIS/Cofins para o óleo diesel. Antes, porém, é preciso liberar a pauta, trancada por medidas provisórias. **3**

Colegiado vota projeto sobre a quantidade de cacau no chocolate

A Comissão de Assuntos Econômicos deve analisar amanhã o projeto que propõe o aumento da quantidade de cacau no chocolate brasileiro.

De acordo com o texto, o chocolate ao leite deverá conter o mínimo de 25% de

cacau em sua composição. No chocolate amargo ou meio amargo, o mínimo será de 35%. A informação do percentual total de cacau deve ser divulgada no rótulo dos produtos e nas peças publicitárias de rádio e TV. **4**

Comissão externa analisa migração de empresas para o Paraguai

Uma comissão externa do Senado vai investigar se empresas brasileiras instaladas no Paraguai sob o regime de maquila (zona franca) estão cumprindo os processos produtivos básicos exigidos pelo Mercosul para a exportação para os países do bloco. **2**

Senado destaca 30 anos da Constituição em feira do livro

O Senado e a Câmara dos Deputados participarão da 22ª Feira Pan-Amazônica do Livro com um estande comemorativo aos 30 anos da Constituição. Promovida pela Secretaria de Cultura do Pará, a feira ocorre em Belém, de 1º a 10 de junho. **2**



Roque de Sá/Agência Senado — 24/5/2018

Para Hélio José (3º à dir.), que presidiu o debate, a rivalidade faz parte do futebol, mas excessos precisam ser contidos

Debatedores divergem sobre cadastro biométrico de torcida

A proposta de fazer o cadastramento biométrico de torcidas organizadas para evitar violência nos estádios gerou polêmica em audiência pública da Comissão Senado do Futuro.

A proposta foi defendida por representantes da Polícia

Militar e do Ministério Público. Mas os representantes das torcidas organizadas temem que a medida criminalize os torcedores.

O senador Hélio José, que presidiu o debate, também acredita que o cadastramento vai permitir identificar os

torcedores violentos e dar mais segurança para os frequentadores dos estádios.

— O cadastro biométrico é uma forma de separar o joio do trigo. A rivalidade aguerrida e bem organizada só colabora com o espetáculo — disse Hélio José. **3**



www.congressonacional.leg.br

Duas Casas. O mesmo endereço.

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.



Comissão vai analisar ida de empresas para o Paraguai

Senadores vão investigar se empresas brasileiras instaladas em zona franca paraguaia cumprem os processos produtivos exigidos pelo Mercosul para que se possa exportar para os países do bloco

O SENADO VAI investigar se empresas instaladas na zona franca do Paraguai estão cumprindo os processos produtivos básicos exigidos pelo Mercosul para que a produção possa ser exportada para os países-membros do bloco. Esse é o objetivo da comissão externa que foi instalada na Casa, que é presidida por Eduardo Braga (MDB-AM) e tem Pedro Chaves (PRB-MS) como relator.

A Comissão Externa para Investigar Empresas Brasileiras no Paraguai tem prazo de seis meses para ser concluída. O plano de trabalho prevê visitas dos senadores a fábricas e reuniões com autoridades do governo paraguaio e com representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Câmara de Comércio Brasil-Paraguai.

Pedro Chaves informou que a comissão deverá ir a Assunção, nos dias 6, 7 e 8 de junho, para conversar com o presidente e os ministros paraguaios e analisar as principais consequências da migração.

Segundo o senador, o Brasil sempre teve boas relações com o país vizinho, que devem ser mantidas, sem criticar de forma negativa o programa que atraiu as empresas brasileiras. Ele ressaltou, no entanto, que é importante saber as razões



Jefferson Rudy/Agência Senado — 23/5/2018

Chaves é relator da comissão externa que vai ao Paraguai

do sucesso do Paraguai, com o crescimento do seu produto interno bruto (PIB) ultrapassando o brasileiro.

—Temos que evitar essa fuga de grandes empresas para o Paraguai, pelas grandes vantagens comparativas. Os tributos lá são extremamente baixos. Quem exporta paga apenas 1% de imposto sobre o valor, o imposto no Paraguai é de 10%, enquanto no Brasil é de 34%. Essa fuga é uma das razões pelas quais o Brasil está perdendo competitividade e acima de tudo está perdendo emprego, porque diminui o número de empresas e o investimento — alertou.

De acordo com o senador

Eduardo Braga, a comissão vai averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de investimentos de empresas brasileiras e de empresas estrangeiras no Paraguai.

— Queremos verificar in loco quais os procedimentos adotados por essas empresas no cumprimento do acordo multilateral do Mercosul onde alguns pré-requisitos para ter acesso ao mercado brasileiro precisarão ser cumpridos — afirmou.

Isenções

De acordo com o senador, o número de empresas que pediram informações sobre como operar no país vizinho cresceu quase 64% em 2017, tendo sido realizadas 445 consultas, contra 272 em 2016

Uma das explicações, segundo Eduardo Braga, está na criação do Regime de Maquila, lei paraguaia que isentou de impostos a importação de máquinas e matérias-primas por empresas, desde que o produto final seja destinado à exportação.

As exportações dessas empresas são taxadas com um único tributo de 1% sobre o valor agregado em território paraguaio, cobrado quando a mercadoria sai do país.

Senado e Câmara participam de feira do livro no Pará

O Senado e a Câmara dos Deputados participarão da 22ª Feira Pan-Amazônica do Livro com um estande comemorativo aos 30 anos da Constituição. Promovida pela Secretaria de Cultura do Pará, a feira ocorre em Belém, de 1º a 10 de junho.

Na feira serão expostas obras sobre ciência política, direito, legislação e história, com estande especial contendo seleção de livros sobre a história constitucional do Brasil. Os visitantes poderão

comprar os livros a preço de custo. Também poderão baixar a maioria das obras no formato digital por meio de QR Code.

Segundo o secretário-executivo do Comitê de Internet do Senado, Washington Brito, a Casa marcará presença, principalmente, com a Constituição em duas versões (tradicional e livro) e as obras *Audiências Públicas na Assembleia Nacional Constituinte: a sociedade na tribuna; A Sociedade no Parlamento: imagens da As-*

sembleia Nacional Constituinte de 1987/1988; História Constitucional Brasileira: mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964; e Legislativo Pós-1988: reflexões e perspectivas.

No dia 7, o Projeto Jovem Senador será apresentado a escolas. No dia 8, o professor e consultor legislativo aposentado do Senado Antônio Barbosa fará a palestra “A Constituição de 1988 e a construção da nova democracia brasileira”.

Comissão vota MP sobre tributos de passagens pagas pelo governo

Será votado amanhã o relatório da medida provisória que dispensa órgãos do governo federal da retenção de quatro tributos federais nas compras de passagens aéreas com uso do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, também conhecido como cartão corporativo (MP 822/2018). O relatório é do deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG).

A dispensa da retenção que, pela MP, será até 31 de dezembro de 2022, só valerá para as compras feitas diretamente nas empresas aéreas e abrange o Imposto sobre Renda da Pessoa Jurídica

(IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

O governo alegou que a dispensa da retenção é necessária porque os cartões corporativos não discriminam, nas faturas mensais, os tributos que incidem sobre as passagens aéreas compradas por órgãos públicos. Sem essa informação, o Ministério do Planejamento, que centraliza as compras de bilhetes aéreos para os órgãos públicos, não teria como reter antecipadamente os tributos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

PLENÁRIO Sessão especial

9h O Plenário celebra, em sessão especial, o Dia do Trabalhador. Às 14h, sessão não deliberativa para debates.

CDH Estatuto do Cigano

9h A comissão promove audiência pública interativa para debater o Estatuto do Cigano.

CI Energia elétrica

9h Entre os 13 itens da pauta, projeto que incentiva a geração de energia elétrica (PLS 277/2015).

CAE Preço mínimo para o leite

10h A comissão tem pauta com 15 itens. Entre eles, projeto que inclui o leite na Política de Garantia de Preços Mínimos (PLC 215/2015).

CRA Flores ornamentais

11h A comissão se reúne para analisar 7 itens. Entre eles, o PLC 88/2014, que diminui custos e burocracia para produtores de flores ornamentais.

CE Primeiros-socorros na escola

11h30 Na pauta com 20 itens, está o projeto que torna obrigatória a capacitação em primeiros-socorros para professores (PLC 17/2018).

CMA Aquaponia

11h30 A comissão analisa 17 itens. Um deles é a proposta que visa incentivar a aquaponia, cultivo de peixes associado a plantação de hortaliças (PLS 162/2015).

CCT Telecomunicações

14h30 Na pauta de 12 itens, o projeto que facilita a comparação entre serviços de telecomunicações (PLS 662/2011).

MP 821/2018 Novo ministério

14h30 A comissão mista que analisa a MP 821, que cria o Ministério da Segurança Pública, analisa o relatório.

MP 822/2018 Passagens

14h30 A comissão da MP, que dispensa órgãos públicos de tributos na compra de passagens, vota o relatório.

MP 824/2018 Irrigação

14h30 Análise de relatório da MP 824, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação.

CAS Combate às drogas

9h Entre os 18 itens na pauta, projeto que destina mais verbas aos municípios para combate às drogas (PLS 304/2016).

CCJ Despesas de presos

10h Na pauta, projeto que obriga preso a ressarcir despesas com sua manutenção (PLS 580/2015).

CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO Debate

10h15 Audiência interativa com representantes dos bancos.

CE Carência em planos de saúde

10h30 Audiência sobre crise financeira nas universidades federais. Às 11h, análise de projeto sobre carência em planos de saúde (PLS 502/2017).

QUARTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado se mobiliza para solucionar a crise

Plenário poderá se reunir a qualquer momento para votar projetos que contribuam para encerrar a greve dos caminhoneiros, garantiu o presidente da Casa, Eunício Oliveira

O SENADO ESTÁ de plantão para resolver o problema da greve dos caminhoneiros e poderá convocar sessão extraordinária a qualquer momento para votar algum projeto que solucione o impasse, disse na sexta-feira o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Ele observou, porém, que cabe ao Executivo interferir na política de preços da Petrobras.

— A política de preços da Petrobras não cabe ao Congresso. Cabe ao governo. Quanto à contrapartida de recursos para cobrir essas despesas, por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós estamos aqui. Eu me propus a abrir um debate em relação a essa questão. O Senado está aqui de plantão, aberto a qualquer discussão em torno dos interesses da população brasileira, que está aflita.

Entre as propostas que podem entrar na pauta, estão o PLC 121/2017, que regula o preço mínimo dos fretes rodoviários, e o PLC 52/2018, que zera até o final do ano a cobrança de PIS/Cofins sobre o óleo diesel, aprovado na quarta-feira pela Câmara dos Deputados. Para analisar as propostas, porém, é preciso votar antes seis medidas provisórias que trancam a pauta do Senado. Segundo Eunício, os senadores estão de sobreaviso:

— O Congresso está aberto ao debate sobre tudo o que for necessário para encontrar uma solução. Se o governo mandar agora um projeto de emergência para resolver a questão, reúno o Senado extraordinariamente — garantiu.

Sobre a decisão da Petrobras de diminuir o preço do diesel em 10% por 15 dias, o senador avaliou que “é um bom começo”. Entretanto, disse, a questão

Movimento não acabou e momento é delicado, adverte Wellington

Apesar do acordo inicial entre governo e caminhoneiros para suspensão da greve, Wellington Fagundes (PR-MT) afirmou que o momento ainda é delicado, pois os grevistas não voltaram à atividade. Segundo ele, em Mato Grosso, 26 estradas federais continuam com pontos de paralisação. E o governador, Pedro Taques, segundo informou, não quis receber representantes dos profissionais para negociar.

— Não dá para o governador chegar e dizer que não vai receber o movimento grevista, como se não fosse problema dele. Isso é problema de todos.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Governo de Goiás

Redução a zero de PIS/Cofins para o diesel e regulação do preço mínimo de frete são temas de dois projetos que podem entrar na pauta desta semana

é mais complexa e o debate que Senado e Câmara farão amanhã, por meio da comissão geral, visa dar transparência sobre o preço dos combustíveis no país, principalmente gasolina, diesel e gás de cozinha.

— Precisamos ter cuidado para não fazer bravatas nesses momentos de crise. Temos que buscar a verdade, a transparência. Precisamos de um entendimento que beneficie o consumidor brasileiro.

Comissão geral

A comissão geral terá a participação de representantes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), de refinarias, distribuidoras de combustível, postos, Petrobras e especialistas. A comissão é prevista no Regimento da Câmara, permitindo a interrupção dos trabalhos ordinários da sessão plenária para debater assunto relevante, discutir projeto de lei de iniciativa popular ou receber ministro de Estado.

Para Gleisi, tratativa com caminhoneiros é ineficaz e só beneficia empresários

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse considerar que o acordo firmado pelo governo federal com os representantes do movimento grevista de caminhoneiros beneficia apenas empresários do setor de transporte e acionistas. O arranjo “para inglês ver”, na opinião da senadora, não tratou de gasolina e gás de cozinha, o que ainda prejudica grande parte da população.

Gleisi condenou o pacto que fará a União pagar à Petrobras, com subsídios, a redução do preço do diesel nas refinarias. Em sua avaliação, o acordo vai tirar recursos dos cidadãos, das áreas sociais, da educação.



Pedro França/Agência Senado

Lindbergh chama de farsa acordo que governo fechou com sindicatos

Lindbergh Farias (PT-RJ) chamou de “farsa” o acordo fechado entre o governo e representantes de caminhoneiros, para tentar encerrar a greve que já chega ao quinto dia. De acordo com o senador, a proposta de desconto no preço do diesel, subsidiado pelo Estado e sem prejuízo para a Petrobras, atende apenas os interesses dos acionistas da estatal.

— Vai continuar havendo aumentos diários da gasolina e do botijão de gás. Só o diesel será uma vez por mês. E estão fazendo isso como? Tirando dinheiro do orçamento público — criticou.



Pedro França/Agência Senado

Governo precisa fazer negociação mais ampla, sustenta Ana Amélia

Se o governo não conseguir um acordo consistente com as entidades mais representativas dos caminhoneiros e a paralisação não for debelada logo, a economia brasileira sofrerá forte impacto. O alerta foi feito por Ana Amélia (PP-RS) na sexta-feira.

A senadora disse que os caminhoneiros gaúchos, por exemplo, não se sentem contemplados pelo acordo e, por isso, a greve permanece.

— O governo precisa com urgência retomar as negociações, e com entidades que têm credibilidade com as categorias. Esse acordo de ontem [quinta-feira] é frágil.



Pedro França/Agência Senado

Crise dos combustíveis é fruto da atual gestão da Petrobras, diz Hélio José

O movimento grevista dos caminhoneiros é uma consequência direta das opções políticas adotadas pelo governo em relação à Petrobras a partir da ascensão de Michel Temer à Presidência da República, disse Hélio José (Pros-DF).

Para o senador, a atual gestão da estatal só leva em conta os interesses de “meia dúzia de acionistas miliardários” da Petrobras e prioriza atender o mercado internacional em detrimento do consumidor brasileiro. Ele disse ainda que essa mesma filosofia regou o acordo fechado com caminhoneiros, porque “joga nas costas de quem paga impostos e dos mais pobres” a conta da política de preços adotada pela Petrobras.

Diesel e pedágio vão influir no valor do frete, prevê texto

Votar a regulação dos preços mínimos do frete será uma das contribuições do Senado para pôr fim à greve dos caminhoneiros. Para isso, os senadores vão analisar o PLC 121/2017, do deputado federal Assis do Couto (PT-PR). A proposta está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas pode ir direto ao Plenário em regime de urgência, conforme anunciou o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

— Há um compromisso de nossa parte de trazer o projeto para o Plenário do Senado. Eu tenho o poder de pautar, mas não tenho o poder de decisão quanto ao mérito. Portanto, não há compromisso feito em relação ao resultado da votação. Já soube que há movimentação patronal, dos donos de empresas de transporte, contra a votação dessa proposta — disse Eunício.

O relator da proposta é o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que ainda não apresentou seu voto. O texto cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, mediante tabela elaborada semestralmente por órgão competente, com valores por quilômetro rodado por eixo carregado e conforme a carga. Os parâmetros serão fixados nos meses de janeiro e julho de cada ano.

Custos

Os preços mínimos serão definidos levando-se em conta a oscilação e a importância do valor do óleo diesel e dos pedágios na composição dos custos do frete.

Até que o órgão competente do Executivo edite a tabela com os valores mínimos, o projeto estipula o valor de R\$ 0,70 por quilômetro rodado para cada eixo carregado de

carga geral e R\$ 0,90 para carga perigosa ou refrigerada.

Ainda conforme o texto, a definição dos preços deve contar com a participação dos sindicatos de empresas de transportes e de transportadores autônomos de cargas, bem como dos representantes das cooperativas de transporte de cargas.

Dificuldades

Ao apresentar o texto, Couto afirmou ser necessário estabelecer uma política vinculativa de preços mínimos em razão das dificuldades pelas quais passam os caminhoneiros em todo o país: “O presente projeto tem por objetivo estabelecer condições razoáveis à realização de fretes no transporte rodoviário de cargas, de modo condizente ao serviço prestado pelos profissionais do setor de transportes”.

Cadastro de torcida gera polêmica em debate

Pensado como uma das maneiras de diminuir a violência nos estádios, o cadastramento biométrico das torcidas organizadas já está sendo feito por alguns clubes, como o Atlético Paranaense

A COMISSÃO SENADO do Futuro (CSF) fez audiência pública na quinta-feira para discutir medidas de combate à violência nos estádios, causada principalmente por membros de torcidas organizadas.

Na avaliação do tenente-coronel da Polícia Militar e coordenador de Operações de Segurança Pública do Distrito Federal, Márcio Vasconcelos, a elaboração de um cadastramento biométrico dos integrantes das torcidas organizadas é uma das ações mais importantes que devem ser realizadas num primeiro momento para enfrentar a violência entre torcidas.

— Quem será o ente responsável por fazer o cadastro biométrico? Será a torcida organizada junto com a PM? Será a organizada junto com a federação? A federação vai fazer isso pautada pela secretaria de Segurança? Falta a definição de um processo que leve a isso. Mas eu acredito que os primeiros pontos que devem ser adotados como medida preventiva é exatamente o cadastramento para a gente ter uma relação transparente entre a torcida e o poder público, representado ali pelos entes de segurança — disse.

Vasconcelos ressaltou ser necessário melhorar as condições de segurança nos estádios mediante a instalação de sistemas de monitoramento. De acordo com ele, no Distrito Federal, apenas o Estádio Mané Garrincha tem laudos

de engenharia, de bombeiros, de segurança e de condições sanitárias aprovados.

O autor do requerimento para a realização do debate, senador Hélio José (Pros-DF), também manifestou seu apoio à certificação digital de torcidas organizadas, as quais, em sua opinião, desempenham importante papel para o sucesso dos espetáculos de futebol.

— O cadastro biométrico é uma forma de separar o joio do trigo. De permitir que nossos pais, mães e filhos possam ir aos estádios, participando de suas torcidas organizadas sem serem penalizados. A rivalidade é normal, faz parte do espetáculo. Essa rivalidade aguerrida e bem organizada só colabora com o espetáculo — acredita Hélio José.

Experiências

O procurador de Justiça e presidente da Comissão Permanente de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios, órgão do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJG), Valberto Lira, citou, como exemplo de medida para a redução da violência nos estádios, a experiência de biometria do Clube Atlético Paranaense.

— Não existe fórmula mágica para resolver o problema. Um bom exemplo é a proposta que o Ministério Público oferece, a experiência da biometria que está sendo implantada no Clube Atlético Paranaense. No Rio de Janeiro, não sei se foi



Presidindo o debate, Hélio José (3ª à dir.) diz que o cadastro biométrico vai dar mais tranquilidade aos jogos

adiante, um cadastro parcial ia ser implantado pelo Vasco da Gama. Seria outro projeto-piloto, esse em São Januário. A proposta interliga Detran, Judiciário e outros órgãos — explicou.

O presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas (Anatorg), Alex Minduin considera válida a implementação de sistemas de monitoramento interno e externo nos estádios. No entanto, se disse contra a proposta de identificação biométrica dos membros de torcidas organizadas. Segundo ele, essa medida criminaliza as torcidas organizadas.

— Nós discordamos porque, primeiro, como se sabe, o torcedor de organizada tem uma temporalidade de passagem dentro de sua torcida. Ou seja, o indivíduo que entra numa torcida organizada participa dela por 5 anos ou 6

anos, frequentando estádios, participando de caravanas. Após isso, ele segue outros caminhos, dando prioridade aos seus interesses pessoais. E passa a frequentar os estádios de uma forma mais amena, mais tranquila — afirmou, protestando também contra a segregação das organizadas em espaços limitados dos estádios.

A presidente da Liga de Futebol Nacional do Brasil, Gislaine Nunes, manifestou apoio à posição de Alex Minduin.

— Corroboro todas as palavras ditas pela Anatorg. Não vejo nada de útil quando se vê uma torcida única dentro de um estádio. Isso é lamentável, gerando prejuízos inestimáveis para todos aqueles que participam do espetáculo. Isso cria ânimos de colisão fora dali porque as grandes catástrofes, as grandes violências, os ho-

micídios, as cenas bárbaras de violência, elas acontecem fora dos estádios.

Convívio

Representante da Polícia Militar do Distrito Federal, o capitão Marcelo dos Santos disse ser essencial um estreitamento do convívio entre líderes de torcidas organizadas e a Polícia Militar.

— A Polícia Militar entende que é um passo importante nos conhecermos. Nós temos programas de equoterapia, programas de futebol, de lutas, que são oferecidos para várias pessoas da comunidade. É um caminho importante para o aprimoramento não só da segurança pública em geral, mas também para essa relação com as torcidas organizadas. Acho que conhecermos a pessoa vai produzir um caminho mais profícuo para enfrentar esse problema — declarou.

Comissão vota aumento de percentual de cacau em chocolate

Em reunião amanhã, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar o substitutivo apresentado ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 93/2015, que propõe o aumento da quantidade de cacau no chocolate brasileiro.

De acordo com o texto, o chocolate ao leite deverá conter o mínimo de 25% de cacau em sua composição. No chocolate amargo ou meio amargo, o percentual mínimo será de 35% e, no chocolate em pó, de 32%. Por sua vez, o chocolate branco e o cacau em pó deverão conter os percentuais mínimos de 20% e de 10% de manteiga de cacau, respectivamente. No caso de bombons, 40% do peso total do produto deverá consistir de chocolate. Nos chocolates vendidos em outros países e na Europa, o percentual de cacau varia de 32% a 35%.

Além de estabelecer a quantidade mínima de cacau nos

chocolates nacionais e importados comercializados no Brasil, o substitutivo apresentado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) torna obrigatória a informação do percentual total de cacau no rótulo desses produtos.

A quantidade de cacau também deverá ser divulgada nas peças publicitárias de rádio e TV. No caso de produto fabri-

cado em outro país, a obrigação recairá sobre o importador.

Autora do projeto, senadora Lídice da Mata (PSB-BA) entende que a medida vai tornar o produto brasileiro mais competitivo no mercado internacional. O projeto ainda será analisado na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão

terminativa.

Na mesma reunião, deverá ser analisado o PLC 215/2015, que inclui o leite na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

A proposta estabelece ainda que os recursos necessários para cobrir os gastos decorrentes da inclusão do leite na PGPM serão alocados pelo Poder Executivo, por ocasião da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da proposta orçamentária anual.

O projeto, que conta com o voto favorável do relator, senador Waldemir Moka (MDB-MS), já foi aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Energia

Consta ainda da pauta o substitutivo apresentado por Benedito de Lira (PP-AL) ao PLS 383/2011, que concede

descontos especiais nas tarifas de energia elétrica utilizada para irrigação e aquicultura. A proposta será analisada em caráter terminativo pela comissão.

De autoria do senador licenciado Walter Pinheiro (sem partido-BA), o projeto estabelece que os descontos, aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na classe rural, inclusive cooperativas de eletrificação rural, serão concedidos ao consumo que se verifique nas atividades de irrigação e aquicultura desenvolvidas em qualquer hora do dia, desde que respeitado o período diário de oito horas e meia de duração, contínuo ou não.

As concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica poderão por acordo ampliar a vigência do desconto em até 40 horas semanais.



Substitutivo de Flexa Ribeiro obriga a divulgar percentagem de cacau